

Autoridade docente em sala de aula: uma contribuição do colégio Tiradentes da Polícia Militar de Patos de Minas-MG

SANDRA CARLA CAIXETA

Graduada em Pedagogia, UNIPAM (2009). e-mail: sandracarla@hotmail.com.

Trabalho orientado pelo Prof. Ms. Marcos Antônio Caixeta Rassi

*Autoridade: sem ela o homem não pode existir e, no entanto, ela
traz consigo tanto o erro como a verdade
(Goethe).*

Resumo: A temática desenvolvida neste trabalho acerca da autoridade docente objetiva compreender o que vem a ser autoridade docente do ponto de vista teórico e do educador, investigando ainda como ela acontece na sala de aula. O tema é recorrente e, inevitavelmente, instigante para todos aqueles que lidam com a educação, tendo em vista que o fazer pedagógico passa, necessariamente, pela autoridade docente. O desenvolvimento deste é resultado de uma pesquisa bibliográfica, que permitiu o embasamento teórico necessário, contando também com uma pesquisa de campo, sendo que ambas possibilitaram alcançar os resultados pertinentes. Eles denotam uma flagrante carência de aprofundamento acerca da concepção, dos efeitos e dos desdobramentos do que seja autoridade docente, apontando ainda para uma necessidade cada vez mais urgente de superação da autoridade coercitiva.

Palavras-chave: Autoridade docente. Educador. Educando. Sala de aula.

Abstract: The theme developed in this work, about teacher authority, aims at understating what is exactly teacher authority, from the theoretical and professorial point of view, investigating how it happens in the classroom. The theme is recurrent and inevitably instigating for all those who deal with education, having in mind that the pedagogical action refers necessarily to the teacher authority. The development of this work is a result of a bibliographic research that permitted the necessary theoretical basis, as well as a field research, and both of them made possible the appropriate results. They denote a flagrant lack of deepness about the conception, the effects and the evolution of what is teacher authority, by appointing to a more and more urgent need to overcome the coercive authority.

Keywords: teacher authority; educator; student; classroom.

Considerações Iniciais

Diante da necessidade da reflexão crítica sobre as práticas educacionais, estando estas particularmente entrelaçadas na relação educador/educando no espaço da sala de aula, dentre outros elementos que sustentam a ação pedagógica neste espaço privilegiado, emergem dicotômicos posicionamentos referentes à questão da autoridade¹ docente.

Ela pode ser considerada primordial nos moldes da convivência entre os sujeitos envolvidos no processo educacional, devido à exclusividade e importância da função exercida pelo mestre. Em outras palavras, no entendimento do sociólogo francês Émile Durkheim (1978, p. 53), “o que faz a influência do magnetizador é a autoridade que lhe advém das circunstâncias”. Desse modo, por meio de suas competências, habilidades, de sua proximidade com o aluno e do exercício de um poder legitimado, o professor pode ser visto como um catalisador da ação educativa na escola.

Todavia, Hannah Arendt (2005, p. 127-128) afirma que a reflexão sobre autoridade é devido ao fato de ela ter desaparecido do mundo moderno, tendo assim se acobertado por controvérsias e confusão. Logo, o que se estabelece em alguns casos é uma dificuldade dos docentes na distinção do termo autoridade, de suas características e de sua eficaz aplicação no processo ensino-aprendizagem.

Além do mais, ao olhar para a ação do educador dentro do espaço escolar, Novais (2004) salienta que

[...] tradicionalmente a autoridade vem sendo confundida em nossas instituições escolares com autoritarismo. Assim, ter autoridade tem equivalido a ser autoritário com os aprendizes, não lhes dando direito de se posicionarem em relação a diversas questões que ocorrem no contexto escolar. De acordo com essa visão, o aluno se cala não por crer na autoridade docente, mas por temer as punições e ameaças (implícitas ou explícitas) do professor autoritário. Dessa forma, a relação professor-aluno vai se enfraquecendo diariamente nessa batalha desigual, onde o primeiro tem todas as armas contra o segundo.

Considerando as contradições que envolvem o referido tema, bem como a necessidade de atingir um equilíbrio de forças entre educador e educando na relação pedagógica, a indagação norteadora neste estudo é: no exercício de suas atribuições na sala de aula, qual a concepção de autoridade que o professor manifesta?

Assim, o objetivo central deste trabalho é o de compreender o que vem a ser autoridade docente do ponto de vista do educador e como ela tem acontecido em sala de aula.

¹ Significado de acordo com o dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2001, p. 352): “1. direito ou poder de ordenar, de decidir, de atuar, de se fazer obedecer 2. superioridade derivada de um *status* que faz com que alguém ou algo (p.ex., uma instituição, uma lei) tenha esse direito ou poder [...]”.

Suspeita-se que o professor, por não saber definir o que é autoridade, pode estar fazendo uso indevido dela na sala de aula ou simplesmente ignorando-a como condição necessária na efetiva docência. Os reflexos deste possível abuso de poder ou omissão de responsabilidade parecem incidir diretamente na qualidade do ensino que se ministra em nossas escolas.

A escolha do referido tema se deu pelo fato de que “a estrutura de base de qualquer tipo de organização é formada, em grande parte por relações de autoridade” (BOBBIO, 2000, p. 88).

A importância deste estudo é o de tentar estabelecer parâmetros de compreensão comuns e consensuais acerca do tema, haja vista que, no entender de Aquino (1999, p. 147), “pode-se dizer, portanto, que a gestação/manutenção do exercício legítimo da autoridade em determinado âmbito institucional [...] é tarefa de monta, porque sempre em (re) fundação”.

Para a consecução dos objetivos propostos, a direção metodológica empreendida seguiu a pesquisa bibliográfica e de campo. A primeira foi orientada no sentido de re-construir teorias, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes sobre o tema escolhido. Já num segundo momento, a finalidade foi a de produzir dados para posterior análise. Adotou-se a observação sistemática de uma turma de 6º ano do ensino fundamental (5ª série), de uma escola pública da cidade de Patos de Minas (MG), o Colégio Tiradentes de Patos de Minas-MG. Entrevistamos ainda, fundamentados na perspectiva metodológica da História Oral Temática, a professora da disciplina de História da mesma turma em que foram observadas as aulas. Optamos por resguardar o anonimato da profissional. Usamos então um pseudônimo, “Professora Diana”. Pensamos em optar por entrevistar a professora de História, em razão das possibilidades filosóficas inerentes à concepção desta disciplina, o que nos abre um leque de reflexões acerca da temática estudada. A História, afinal, é a construção relacional de sujeitos humanos em contexto dialogal.

Adentrando no tema

Em Educação e Sociologia, Durkheim (1978) postula que a educação é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência. Nesta afirmativa, o referido teórico apresenta uma concepção sobre a educação próxima da realidade educacional do mundo ocidental. Entretanto, apesar de ser considerada essencial, a relação de ensino é uma das mais difíceis de ser exercida em nossa sociedade, Ricoeur (*apud* AQUINO, 1999, p. 140). Dentre outros fatores, ela pode ser qualificada desta forma por causa da diversidade de espaços em que se dá a ação educativa, bem como a complexidade que envolve a relação educador/educando.

Na situação pedagógica, acontecem de maneira natural lugares de encontro e comunicação entre professor e aluno. Dentre os espaços educacionais em que esta relação se estabelece, a sala de aula pode ser considerada um lugar salutar. A partir desta realidade concreta, que envolve os sujeitos, é que se sobressai a questão da autoridade docente. No trabalho pedagógico, especialmente no que se refere aos moldes de relação

entre docente e discente, o professor exerce uma autoridade que é, ou deveria ser, fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas. De forma mais abrangente, “[...] a autoridade decorre da competência e da maturidade no vivenciar, propor e encaminhar ações” (LUCKESI, 1984, p. 5).

Na dinâmica da autoridade, o professor dá ordens que se referem ao bom andamento do processo de ensino-aprendizagem e o aluno as segue desde que elas sejam justas e se mostrem eficazes.

É válido destacarmos que existe nesta convivência uma disparidade. Segundo Aquino (1999, p. 138),

[...] além dos tantos aparatos formais que caracterizam seus diferentes lugares e atribuições, professores e alunos distinguem-se basicamente pelo tempo de iniciação em determinado campo de conhecimento e, conseqüentemente, pelo grau de complexidade discursiva acerca desse campo. Sob esse aspecto, mais correto seria afirmar que entre eles há uma relação de assimetria.

Embora esta diferença seja necessária entre aquele que detém o poder de encaminhar o processo de ensino-aprendizagem e aquele que se submete à referida condução, deve-se estabelecer entre eles um princípio de reciprocidade. Em prol de uma autoridade docente que promova a autonomia discente, nesta convivência, obrigações e vantagens precisam atingir um equilíbrio. Reforçando essa ideia, Aquino (1999, p. 134) assegura que

[...] toda relação institucionalizada, que se queira fecunda, não pode prescindir de algumas condições fundamentais quanto a seu funcionamento, as quais implicam desde o estabelecimento dos parâmetros de conduta para ambas as partes até, e principalmente, a explicitação contínua dos objetivos, limites e possibilidades da relação [...].

Contudo, é sabido que, muitas vezes, este poder legitimado e delegado ao professor não tem sido exercido de forma a consolidar os lugares de cada um dos envolvidos na educação no âmbito da sala de aula. Ao abordar o conceito de autoridade numa perspectiva política e que, sem dúvida, pode ser aplicada ao contexto educacional, Bobbio (2000, p. 94) explicita a lógica que possibilita tal desconfiança:

Apesar de entendida como a forma mais plena de poder socialmente reconhecida e aceita como legítima, na realidade da vida social e política, a autoridade é muitas vezes contaminada e apresenta, sob vários aspectos, uma característica de ambigüidade. Ela pode ser geradora de violência, na medida em que a crença na legitimidade de alguns consente o emprego da força em relação a outros; pode ser ‘falsa’ na medida em que a crença na legitimidade não é uma fonte, mas uma conseqüência psicológica, que tende a esconder ou a deformar; pode ser apenas “aparente” na medida em que o titular legítimo do

poder não detém o poder efetivo; e pode transformar-se em autoritarismo, na medida em que a legitimidade é contestada e a pretensão do governante em mandar se torna, aos olhos dos subordinados, uma pretensão arbitrária de mando.

Atualmente, muitas são as críticas feitas acerca do desempenho da autoridade docente. Alguns discursos apontam para transformações e outros para uma suposta crise de autoridade, que têm incidido diretamente na relação professor-aluno e, conseqüentemente, na condução do processo ensino-aprendizagem. Segundo Francisco (1999, p. 101), “a crise da autoridade docente é uma das questões que mais têm preocupado e desafiado os educadores”.

Assim sendo, na tentativa de compreender a situação no referido espaço, a entrevista feita com a docente nos remete a uma reflexão e discussão acerca de alguns posicionamentos relevantes da temática investigada.

A professora colaboradora entrevistada, Professora Diana, leciona atualmente só no ensino fundamental. Tem oito anos de experiência profissional e é licenciada em História pelo UNIPAM. Já teve experiência com o ensino médio, mas, por opção e por adesão, prefere a faixa etária dos adolescentes de ensino fundamental. Investigada quanto à sua preferência por alguma faixa etária, a Professora (Professora Diana, entrevista, Patos de Minas, 21.10.2008) esclareceu que “[...] gosto mais dos meninos da 5ª, 6ª mais ou menos os de 10/12/13 anos, porque aí você já mostra como você quer, [...]. Você já pega aqueles meninos maiores, até você conseguir, mas você consegue”.

Em nosso entendimento, neste esclarecimento, a docente já sinaliza uma concepção de autoridade como forma de poder que supõe comando e obediência. Tal concepção revela uma face que vem ao encontro do pensamento de Durkheim (*apud* NOVAIS, 2004) ao afirmar que “na escola é preciso haver regras que se constituem num instrumento imprescindível da educação moral e que cabe ao professor impô-la.” Por outro lado, na fala da professora constata-se que tal forma de agir, decidindo indiscriminadamente, nega a capacidade de discernimento e singularidades dos alunos, revelando uma forma de autoritarismo.

Pensamos que é importante averiguar quais as reais condições do ambiente durante as práticas educativas, pois elas condicionam a maneira, a postura do professor. Então, indagamos à entrevistada como é a sala de aula real. Sobre isso, ela descreveu (Professora Diana, entrevista, Patos de Minas, 21.10.2008):

A sala real é uma sala que você está com alunos de todo tipo, [...] Que vem com problemas, alunos que tem estrutura familiar boa, e tem outros alunos que se você for olhar a estrutura familiar deles, “dá dó do menino”. Então, esse menino vem com toda essa carga para cá. Você tem que fazer de um jeito que você às vezes não pode ser tão rígida. Essa é a sala real: com menino indisciplinado que já vem com problema; faltam valores de casa e que você tem que ensinar dentro da sala de aula; meninos com falta de respeito, desrespeitoso, falta de responsabilidade, não tem compromisso; menino com problemas, digamos assim, especiais, como tem meninos com problema de hiperatividade, desvio de conduta.

A heterogeneidade social, comportamental e até física descrita acima é marcante na sala de aula, e acreditamos que isto interfere diretamente na questão disciplinar e, conseqüentemente, no exercício docente de autoridade. Tal aspecto exprime a dimensão relacional do trabalho da professora na sala de aula e caracteriza, sobretudo, a amplitude de que o termo autoridade abrange. De acordo com Morales (1999, p.33), por vezes o professor vê “sua profissão docente como oportunidade para ajudar e servir os outros. Vê-se em uma posição de poder, como uma fonte de recursos e sentem que tem de utilizar esse poder para ajudar seus alunos”. Muito além do paternalismo que ora transparece no relato da Professora Diana, percebemos que o compromisso com a educação escolar vai muito além do cognitivo, se expandindo para aspectos sociais, morais, físicos e que estão intimamente relacionados com a construção da autonomia do educando.

Ao investigarmos como a autoridade da Professora Diana tem acontecido na sala de aula, inicialmente perguntamos-lhe sua opinião sobre as suas aulas, pois acreditamos que é por meio delas que a docente emprega sua autoridade. A mesma respondeu que aprecia suas aulas, especialmente porque recebe de seus alunos uma resposta positiva ao administrá-las. Afirmou que se esmera para ministrá-las e que as prepara com criatividade, procurando explorar diversos recursos e métodos didáticos para alcançar êxito junto aos seus aprendentes e cativá-los. Diante disso o que se vê é um posicionamento semelhante ao que postula Aquino (1999, p. 133), em que o educador se apresenta como “[...] alguém disparando um conjunto de ações pontuais em nome de um propósito especial – no caso um ensinará algo ao outro”. Ressaltamos que estas são atitudes essenciais para estabelecer uma boa relação professor-aluno, em que o primeiro não se garante apenas pelo seu prestígio profissional, mas por seu compromisso com a aprendizagem, por meio da preparação e efetivação de suas aulas.

Buscando identificar fatores determinantes na construção individual do conceito de autoridade docente, primeiramente procuramos saber de nossa entrevistada se em sua compreensão o tempo de docência é primordial. Disse que apesar de ter encontrado algumas dificuldades no início de sua profissão, não é pela quantidade de tempo de trabalho em sala de aula que se concretiza a autoridade docente e, sim, pela maneira como o professor dá sua aula, como se relaciona com o aluno, tentando conquistá-lo. Enfatizou também que esta aquisição não está terminada e que não manifesta temor em lidar com turmas “custosas”. Todavia, reconhecemos que a eficácia da prática docente, passa, necessariamente, pela questão do tempo, das experiências vividas e revividas. Entretanto, entendemos também que o elemento que define a prática educativa não é apenas a experiência computada por tempo de serviço e, sim, a competência docente, que supõe outras habilidades, dentre as quais o bom relacionamento educador-educando.

No entanto, Diana enfatiza ainda que ela foi aceita pelos alunos devido à sua autoridade e que mantém uma postura firme ao impedir que os alunos a desrespeitem. Diante desta afirmativa, concordamos com Aquino (1999, p. 135) ao propor que “é preciso que o exercício da autoridade do agente seja reconhecido e consentido pelo(s) parceiro(s) da relação”. Assim, a autoridade constituída e aceita imprime na vida dos educandos uma definição clara de referência, de segurança e de respeito ao processo a construir. Há subliminarmente uma concepção de uma relação consensual, baseada na

experiência docente e que os educandos, em geral, tendem a acatá-las, como condição de crescimento do grupo. É lícito, portanto, que a docente se esforce por manter nesta relação o respeito, principalmente à sua pessoa. Porém, acreditamos que esta exigência deve ser recíproca.

A fim de detectar agentes diretos ou indiretos na constituição de sua postura em sala de aula, solicitamos à colaboradora que nos informasse se alguma pessoa, fato, enfim, experiências de vida influenciaram em sua postura. Eis a resposta da Professora (Professora Diana, Patos de Minas, entrevista, 26.10.2008):

Eu tive pela experiência que alguns colegas me falam. Tem professor que diz: “eu faço e isso”. *Você tem que conversar muito com colegas, com outros professores. Às vezes até a experiência com ele vai dar certo, comigo não vai dar. Então eu tenho que criar outra forma.* Eu escuto muito meus colegas, o que eles fazem, a troca de experiências. Eu também tive professores que durante a minha vida escolar, tirei deles também, e até dos valores que eu tenho, *da forma como que eu fui educada na minha casa [grifos nossos].*

Diana sugere um entendimento do processo educacional, como algo inclusivo, poroso, irradiador. Vejamos que ela absorve as experiências de outros profissionais da mesma área, dos mestres aos quais ela admirou e da própria educação familiar. Realmente, a educação não se processa de maneira estanque, tudo é relacional, tudo é dialógico, todos os espaços são importantes e necessários, todos os momentos são imprescindíveis para a realização do projeto. Além disso, as referências que ela cita confirmam que “a noção de autoridade está associada à ocupação de um lugar social instituído; lugar este preexistente e predeterminado historicamente [...]” (AQUINO, 1999, p. 135).

A respeito do conceito de autoridade, a entrevistada informou-nos que “[...] autoridade seria aquela que o seu aluno te respeita e você o respeita, mas você impor. Conseguir passar aquilo que você quer na sua aula de maneira harmoniosa [...]” (Professora Diana, Patos de Minas, entrevista, 26.10.2008). Ao destacar o respeito e a reciprocidade como estruturadores de sua definição acerca do termo, Professora Diana indica compartilhar com a ideia de uma autoridade consensual. Entretanto, também é adicionada a sua definição quanto ao termo investigado, à questão da necessidade de imposição. Nesta situação, a fim de compreender a explicação dada pela colaboradora, sentimos a necessidade de explicitar o que Houaiss (2001, p. 1582) designa em parte do verbete sobre a palavra impor: “1 tornar (algo) obrigatório ou indispensável (para alguém ou para si mesmo); forçar (-se), constranger (-se) a cumprir (algo) [...]”. Conforme o que foi estabelecido como resposta ao questionamento feito e considerando a explicação acima, entendemos que em certa medida autoridade e imposição se complementam; contudo, ao administrar sua autoridade, o professor precisa substituir o uso da força, utilizando pressões exteriores como castigos e ameaças, pelo uso da responsabilidade, criando oportunidades para autodireção e autodisciplina.

Quanto às ações para estabelecer sua autoridade dentro da sala de aula, a educadora apontou enfática (Professora Diana, entrevista, Patos de Minas, 26.10.2008):

No primeiro dia de aula eu já falo como que eu quero. A gente já assina lá o termo lá da aula, as normas da aula e explico um por um, o que não pode... A partir do primeiro momento quando você entra na sala de aula você já mostra quem você é, o que você quer. Aí, a partir dali, você já começa a mostrar a sua autoridade. E, é lógico, se o menino não seguir uma norma, tem é lógico uma pena que ele vai sofrer. E eu coloco a pena que ele sofre. Às vezes não fez o dever ou te desrespeitou, manda um encaminhamento. Chama o pai ou a mãe para conversar, e é lógico que isso aí tem que ter o apoio da escola, da direção. Se não tiver esse apoio [...] você não tem autoridade não.

As atitudes descritas denotam a forma de liderança da professora e a delimitação de lugares e funções tanto dela, quanto dos alunos, pais e da direção escolar. Proporcionando uma visão mais ampla, Aquino (1999, p. 134) salienta que nesta convivência “uma sucessão de rotinas, regras e expectativas próprias delimita e, ao mesmo tempo, faculta suas existências concretas. Sem tais elementos dispostos para ambos, a relação entre professor e aluno não poderia se efetivar a contento, ou sequer acontecer”.

Por conseguinte, destacamos uma das condições ressaltadas pela professora para que sua autoridade se efetive: o sustentáculo da instituição escolar. No caso do Colégio Tiradentes, notamos este apoio a partir de nosso primeiro contato com a escola no desenvolvimento desta pesquisa. Embasada no sistema de ensino da Corporação da Polícia Militar de Minas Gerais, a escola e seu entorno afetivo, emocional, a atmosfera, enfim, o ambiente conferido por nossas observações, caracteriza o espaço como aprazível, propício à educação e integrado ao que se requer em sala de aula. A disciplina dissolvida na ótima organização da escola evidenciou-se no mútuo trato dos alunos e profissionais que ali trabalham. Tais aspectos foram evidenciados, entre outras constatações, no fato de certos alunos virem ao encontro de professores nos corredores para conversarem sobre assuntos pessoais ou escolares, para abraçá-los e até ajudá-los a carregar seus pertences. Eles interagem de modo amistoso, com cumplicidade e confiança, o que denota que a construção e constituição da autoridade não é fruto exclusivo do funcionamento da razão humana, mas inerente a diversos papéis da afetividade (ARAÚJO, 1999, p. 33).

Em face do exposto, depreendemos que a Professora obtém, sim, o apoio da escola para efetuar sua gestão em sala de aula. Percebemos explicitamente o caráter institucional desta relação, comprovando “in loco” os dizeres de Julio Groppa Aquino (1999, p. 134) ao afirmar que em relação a toda ação institucional,

trata-se de um “acordo” muitas vezes implícito, mas com uma densidade notável, posto que suas cláusulas balizam silenciosamente o que fazemos e o que pensamos sobre o que fazemos. Uma espécie, enfim de “liturgia do cotidiano” das instituições, se se quiser.

Referente às marcas de sua autoridade na sala de aula, ela relata que estão presentes: (Professora Diana, entrevista, 26.10.2008): “É na conversa [...]. Se não fez a atividade eu dou uma chance, mas a segunda ele já leva o encaminhamento. [...] Ou então,

falar alguma coisa que eu não gostei eu falo com ele. Eu falo com ele na mesma hora, eu rebato, eu não deixo passar [...]”.

Sobre o proceder da autoridade em classe, apesar de haver uma limitada conversa e certa flexibilidade, a educadora se prende a uma atitude baseada em sanções e confrontos, e não prioriza o diálogo como meio efetivo de concórdia. A nosso ver, este tipo de posicionamento nos remete a um dos maiores problemas do trabalho docente atual: os dilemas disciplinares. Segundo Aquino (1999, p. 146) eles se esclarecem “[...] nos atos de indisciplina, desrespeito, descaso, revanchismo, agressão e violência que parecem grassar no cotidiano escolar muito aquém dos desejáveis embates intelectuais/culturais que deveriam habitar a relação professor-aluno”.

Logo, apesar de possuir um amadurecimento diverso daquele que pode ter o educando, à professora não é permitido agir com discernimento de toda a certeza e verdade, pois comportamentos assim desencadeiam reações que em nada favorecem a construção da autonomia discente, que deve ser conquistada na relação professor-aluno, cotidianamente.

Considerações Finais

Pretendendo compreender o que vem a ser autoridade docente do ponto de vista teórico e do educador, investigando ainda como ela acontece na sala de aula, esperávamos com este trabalho constatar indefinições na formulação de ideias relativas ao tema. Disso decorreriam práticas educacionais por demais permissivas ou usurpadoras na sala de aula.

Conforme o que prevíamos, embora os resultados da pesquisa teórica esclareçam de forma convencível o tema, apontando para a necessidade cada vez mais urgente de superação da autoridade coercitiva, os resultados obtidos com a entrevista nos remetem a uma flagrante carência de aprofundamento acerca da concepção, dos efeitos e dos desdobramentos do que seja autoridade e, sobretudo, a autoridade docente.

No que tange ao entendimento sobre o termo, não há clareza conceitual ou epistemológica sobre o conceito de autoridade numa perspectiva emancipadora. Quanto à prática docente, identificamos traços de uma autoridade autoritária, que nega o diálogo com os discentes, eximindo-lhes o direito de serem potencializadores da ação educativa e legitimadores da autoridade docente.

Contudo, verificamos também uma clara noção da importância do professor como elemento basilar na relação educativa, pois os alunos esperam dele uma postura de autoridade capaz de evidenciar os parâmetros para “o fazer” pedagógico.

Conclui-se que não há modelo ou paradigma pronto e acabado a ser seguido sobre autoridade docente. Todos transitam entre o autoritarismo disciplinador e a permissividade pouco consistente. Na perspectiva racionalista cartesiana, o ser humano é dado, é pronto. Logo, a autoridade tende a ser conceitual, não é discutida, não brota de um processo de embate de possibilidades. Polemizar a concepção de autoridade docente é umas das possibilidades de conceber a escola muito além de um lugar

de conflito e tensão. É dar-lhe a oportunidade de ser entendida como a instituição da tolerância, do respeito mútuo.

Por fim, ressaltamos que, apesar das inferências que este estudo nos trouxe, reconhecemos que, para um entendimento mais substancial da temática discutida, é preciso avançar na reflexão sobre diversos pontos, entre os quais destacamos a necessidade de investigar qual a compreensão e percepção dos discentes quanto à autoridade do professor.

Referências

AQUINO, J.R.G. Autoridade docente, autonomia discente: uma equação possível e necessária. *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

ARAUJO, Ulisses F. Respeito e autoridade na escola, in: AQUINO, J.G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Tradução. Carmem C. Varriale. [et al]; Coord. da trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais. *Dicionário de Política*. 5 ed. Brasília: Universidade de Brasília/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

DIANA, Professora. Patos de Minas, Brasil, 21 out. 2008. Arquivo em MP3 (00h24min10 seg.). Entrevista concedida a Sandra Carla Caixeta.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia: com um estudo da obra de Durkheim, pelo Prof. Paul Fauconnet*. Trad. Prof. Lourenço Filho. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos. 1978.

FRANCISCO, Maria de Fátima S. Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau, in: AQUINO, J.G. (org.). *Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Antonio Houaiss e Mauro de Salles Villar, elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Elementos para uma didática no contexto de uma pedagogia para a transformação. *ANAIS DA II CBE*. São Paulo, Loyola, 1984.

MORAIS, R. Entre a jaula de aula e o picadeiro de aula. Id. *Sala de aula: que espaço é este?* 3 ed. São Paulo: Papirus, 1988.

MORALES, Pedro. *A relação professor - aluno: o que é, como se faz*. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 7, nº. 1, 2004. Disponível em: http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v7n1/C_Elaine2.pdf. Acesso em 16 de abril de 2008.